

Termo de Referência 47/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
47/2024	160019-HOSPITAL DE GUARNICAO DE TABATINGA/MEX/AM	MARCIA REGINA PEREIRA DAS NEVES	09/12/2024 18:51 (v 13.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	18/2024	64597.003808/2024-44

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de material de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) para atender as necessidades do HGuT nos termos da tabela ANEXA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze meses), contados da assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma dos artigos 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Havendo divergências entre o código CATMAT e o Termo de Referência, prevalecerá o descritivo que consta neste documento.
- 1.7. Para fins de análise das propostas, as empresas concorrentes deverão enviar o portfólio original do fabricante do produto com a identificação e as especificações detalhadas dos itens. Não serão aceitos documentos com colagem/prints de imagens com descrição de revendedor.
- 1.8. Os itens dos (Grupos 01, 02, 03, 04 e 06) a contratada é obrigada a entregar as caixas instrumentais (cx de ancora, cx de apoio de trauma para membros inferiores e superiores, perfuradores e serras) e o que se fizer necessário para a completa execução do fornecimento dos OPME's como nitrogênio em caso de envio de perfurador pneumático em quantidade suficiente para atender a demanda dos procedimentos cirúrgicos. A milimetragem de OPME's dos (Grupos 01, 02, 03, 04 e 06) a ser definido pelo contratante de acordo com fluxo a ser enviada para o fornecedor com 90 dias de antecedência.
- 1.9. A empresa arrematante do grupo 7 deverá fornecer em regime de Comodato: Todas as caixas instrumentais (Cx de Buco Maxilo sistema 2.0mm e 1.5mm, cx de apoio de trauma facial (Relação anexo 1), equipamento de perfuração com ponteira reta e curva) e o que se fizer necessário para a completa execução do fornecimento dos OPME's e procedimentos cirúrgicos e em quantidade suficiente para atender a demanda (a ser definida pelo órgão).

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [];

2.2.1. Data de publicação no PNCP: [];

II) Id do item no PCA: [];

III) Classe/Grupo: []

IV) Identificador da Futura Contratação: []

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.

4.1.2. Não haverá impactos ambientais para os itens de consumo que se pretende adquirir. Os resíduos destes itens serão acondicionados em recipiente e local adequado e posteriormente o descarte correto destes resíduos.

4.1.3. O(s) material (is) a ser (em) fornecido(s) pelo(s) adjudicatário(s) deverá(ão) atender, no que for aplicável, às disposições de sustentabilidade ambiental estabelecidas no art. 4º, do Decreto Nº 7.746, de 5 de junho de 2012, na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, ainda, ao constante do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS /DECOR/CGU/AGU, 3ª Ed., ABR/20. Portanto, para a presente aquisição deverão ser adotadas as seguintes diretrizes de sustentabilidade ambiental:

4.1.3.1. menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.1.3.2. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.1.3.3. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.1.3.4. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.1.3.5. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

4.1.3.6. origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços.

4.1.4. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará também os seguintes critérios, elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

4.1.4.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

4.1.4.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.4.3. que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.1.4.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs).

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 dias, contados do (a) assinatura do contrato ou instrumento equivalente, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Hospital de Guarnição de Tabatinga, situado na Avenida da Amizade, 887, Centro, CEP 69640-000, Tabatinga-AM, de segunda a quinta-feira das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 14:30 e sexta-feira das 07:00 às 11:00.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 09 (nove) meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.5. Qualquer despesa inerente ao processo de logística para entrega do produto ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado.

Garantia manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7. As embalagens devem apresentar-se com sua forma original, inviolada, lacradas ou que possuam sistema de fechamento que evite a abertura involuntária das mesmas, adequadas à lei nº 9.832, de 14 de setembro de 1999 e RDC nº 17, de 17 de março de 2008.

5.8. Produtos com embalagens amassadas, que na entrega ou entregues e que estejam dentro do prazo apresentar-se com características organolépticas em desacordo a sua composição, não serão aceitos ou serão devolvidos, devendo ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem custo algum a contratante.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI)

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabível

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE, (Índice Nacional de Preços ao Consumidor produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de correção monetária. **Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão**

reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que é o índice de preços no consumidor é usado para observar tendências de inflação. É calculado com base no preço médio necessário para comprar um conjunto de bens de consumo e serviços num país, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista.

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início da sua execução, exceto firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017;

8.29.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017

8.29.4. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

8.29.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d)

editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.707.918,42

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.707.918,42 (um milhão setecentos e sete mil, novecentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIA REGINA PEREIRA DAS NEVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 09/12/2024 às 18:56:38.

MARIA CLAUDIA ENCARNACAO DE SOUZA

Membro da comissão de contratação

VICTOR ANTONIO SANTOS VIANA

Membro da comissão de contratação

ALINE DE OLIVEIRA DE MATOS

Membro da comissão de contratação

CARLA ALESSANDRA DE OLIVEIRA BATISTA

Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA
 AVENIDA DA AMIZADE, nº 887 – CENTRO, TABATINGA-AM – CEP 69.640-000
 E-mail: salchgut@gmail.com

TABELA DO ANEXO I - TERMO DE 10/2024
Processo Administrativo – NUP/NUD: 64597.003808/2024-44

Aquisição de **materiais de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

GRUPO 1 (ITEM 01 ao 05)								
Material para uso no Procedimento Cirúrgico de Grandes Fragmentos - AÇO								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UND	QUANT HGUT		QUANT TOTAL MÁXIMA	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	
				MIN	MAX		V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	PARAFUSO CORTICAL 4,5 MM	436627	UND	100	200	200	53,34	10.668,00
2	PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 MM	436637	UND	10	20	20	81,84	1.636,80
3	PLACA DE COMPRESSAO DINAMICA 4,5 MM ESTREITA (INCLUI PARAFUSOS)	441441	UND	13	25	25	696,63	17.415,75
4	PLACA DE COMPRESSAO DINAMICA 4,5 MM LARGA (INCLUI PARAFUSOS)	441551	UND	5	10	10	874,57	8.745,70
5	PLACA EM L 4,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	435541	UND	10	20	20	852,66	17.053,20
TOTAL								R\$ 55.519,45
Acompanha, em regime de Comodato, as caixas de instrumentais compatíveis com cada grupo (Brocas, guias, afastadores e tudo o que se fizer necessário para a completa execução do procedimento).								

GRUPO 2 (ITEM 06 a 12)								
Material para uso no Procedimento Cirúrgico de Pequenos Fragmentos – AÇO								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UND	QUANT HGUT		QUANT TOTAL MÁXIMA	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	
				MIN	MAX		V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
6	PARAFUSO CORTICAL 3,5 MM	436630	UND	200	400	400	45,30	18.120,00
7	PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 MM	436638	UND	50	100	100	81,84	8.184,00
8	PLACA 1/3 TUBULAR 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	441148	UND	10	20	20	438,27	8.765,40
9	PLACA DE COMPRESSAO DINAMICA 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	435263	UND	3	5	5	542,85	2.714,25

TERMO DE REFERÊNCIA – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

10	PLACA DE RECONSTRUCAO 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	435344	UND	10	20	20	885,70	17.714,00
11	PLACA EM T 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	435639	UND	5	10	10	813,58	8.135,80
12	PLACA EM TREVO 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	435748	UND	5	10	10	813,58	8.135,80
TOTAL								R\$ 71.769,25
Acompanha, em regime de Comodato, as caixas de instrumentais compatíveis com cada grupo (Brocas, guias, afastadores e tudo o que se fizer necessário para a completa execução do procedimento).								

GRUPO 3 (ITEM 13 a 16)								
Material para uso no Procedimento Cirúrgico com Haste Femoral e Tibial								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UND	QUANT HGUT		QUANT TOTAL MÁXIMA	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	
				MIN	MAX		V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
13	HASTE INTRAMEDULAR TIBIAL (INCLUI PARAFUSOS e TAMPÃO) EM AÇO	438901	UND	15	30	30	3.238,01	77.712,24
14	HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA DE FEMUR ANTEROGRADA E RETROGRADA (INCLUI PARAFUSOS e TAMPÃO) EM AÇO	423033	UND	3	5	5	3.307,73	16.538,65
15	HASTE FEMORAL CURTA C/ BLOQUEIO CEFALICO (INCLUI PARAFUSOS e TAMPÃO) EM AÇO	423033	UND	8	15	15	2.766,03	41.490,45
16	HASTE INTRAMEDULAR FLEXIVEL PARA USO INFANTIL (TODOS OS TAMANHOS) EM TITÂNIO	422948	UND	5	10	10	447,81	4.478,10
TOTAL								R\$ 159.647,50
Acompanha, em regime de Comodato, as caixas de instrumentais compatíveis com cada grupo (Brocas, guias, afastadores e tudo o que se fizer necessário para a completa execução do procedimento).								

GRUPO 4 (ITEM 17 a 18)								
Material para uso no Procedimento Cirúrgico com Parafuso Canulado								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UND	QUANT HGUT		QUANT TOTAL MÁXIMA	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	
				MIN	MAX		V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
17	PARAFUSO CANULADO 4,5 MM C/ ARRUELA	443638	UND	25	50	50	303,96	15.198,00
18	PARAFUSO CANULADO 3,5 MM C/ ARRUELA	436645	UND	35	70	70	342,65	23.985,50
TOTAL								R\$ 39.183,50
Acompanha, em regime de Comodato, as caixas de instrumentais compatíveis com cada grupo (Brocas, guias, afastadores e tudo o que se fizer necessário para a completa execução do procedimento).								

TERMO DE REFERÊNCIA – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

GRUPO 5 (ITEM 19 a 21)								
Material para uso no Procedimento Cirúrgico com Fixadores Externos								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UND	QUANT HGUT		QUANT TOTAL MÁXIMA	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	
				MIN	MAX		V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
19	FIXADOR EXTERNO LINEAR PARA OSSOS MÉDIOS E LONGOS	321112	UND	15	30	30	2.016,62	60.498,60
20	FIXADOR EXTERNO RÁDIO E ULNA	420992	UND	8	15	15	586,84	8.802,60
21	FIXADOR EXTERNO P/ PUNHO	321112	UND	5	10	10	1.658,77	16.587,70
TOTAL								R\$ 85.888,90

GRUPO 6 (ITEM 22 a 25)								
Material para Tendões e Ligamentos, LAC, redução de fratura incruenta								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UND	QUANT HGUT		QUANT TOTAL MÁXIMA	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	
				MIN	MAX		V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
22	FIO DE KIRCHNER STEIMANN LISO (TODOS OS TAMANHOS)	437595	UND	8	15	15	38,39	575,85
23	FIO PARA CERCLAGEM	437276	UND	5	10	10	408,27	4.082,70
24	ÂNCORA EM TITÂNIO DE 1,9MM À 5,5MM	443170	UND	5	10	10	1.185,03	11.850,30
25	FIO DE SUTURA ALTA RESISTÊNCIA	440586	UND	5	10	10	619,31	6.193,10
TOTAL								R\$ 22.701,95

GRUPO 7 (ITEM 26 a 66) OPME DE BUCOMAXILO								
Destinado a fraturas cominutiva de face, especificamente regiões como terça médio e superior, regiões de pouco esforço mecânico, bem como, fraturas (N.O.E) e Zigomático.								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UND	QUANT HGUT		QUANT TOTAL MÁXIMA	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	
				MIN	MAX		V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
26	MICRO PLACA RETA DE 04, 06, 08, 16, 20 e 24 FUROS REGULAR PARA O SISTEMA DE 1.5MM	433702	UND	3	15	15	1.222,06	18.330,90
27	MICRO PLACA RETA COM PONTE 10/15MM 02 FUROS PARA O SISTEMA DE 1.5MM	433708	UND	2	10	10	1.500,00	15.000,00
28	MICRO PLACA RETA COM PONTE 10/15/20MM 04 E 06 FUROS PARA O SISTEMA DE 1.5MM	433710	UND	4	20	20	1.100,00	22.000,00
29	MICRO PLACA RETANGULAR 2X2 ,3 E 5 FUROS PARA O SISTEMA 1.5MM	444065	UND	1	6	6	1.269,66	7.617,96
30	MICRO PLACA ORBITAL 06, 08 E 10 FUROS PARA O SISTEMA 1.5MM	434088	UND	2	10	10	1.450,49	14.504,90
31	MICRO PLACA TREVO 04 FUROS PARA O SISTEMA DE 1.5MM	434779	UND	2	8	8	1.209,25	9.674,00
32	MICRO PLACA X PONTE 5/10MM 06 FUROS PARA O SISTEMA DE 1.5MM	434779	UND	2	10	10	1.584,25	15.842,50

TERMO DE REFERÊNCIA – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

33	MICRO PLACA Y 05 FUROS PARA O SISTEMA DE 1.5MM	433719	UND	5	25	25	1.254,62	31.365,50
34	MICRO PLACA EM L DIREITA E ESQUERDA COM ÂNGULO DE 100° 04,06 E 07 FUROS PARA O SISTEMA DE 1.5MM	434083	UND	5	25	25	1.181,73	29.543,25
35	MICRO PLACA EM L DIREITA E ESQUERDA 2X2 FUROS PARA O SISTEMA DE 1.5MM	434083	UND	5	25	25	1.181,73	29.543,25
36	MICRO TELA PARA ASSOALHO ORBITAL PARA O SISTEMA DE 1.5MM	435733	UND	1	5	5	3.348,33	16.741,65
37	MICRO TELA MALEAVEL 60X60 MM PARA O SISTEMA DE 1.5MM	466790	UND	1	5	5	1.315,16	6.575,80
38	MICRO PLACA EM T 5X2 FUROS PARA O SISTEMA DE 1.5MM	434000	UND	2	10	10	1.433,33	14.333,30
39	MICRO PLACA EM Z DIREITA E ESQUERDA 2X2 FUROS PARA O SISTEMA DE 1.5MM	434203	UND	1	5	5	1.316,66	6.583,30
40	MICRO PLACA LE FORT DIREITA E ESQUERDA 6X5 FUROS DE 0 A 12MM DE AVANÇO PARA O SISTEMA DE 1.5MM	444063	UND	2	8	8	2.268,71	18.149,68
41	PARAFUSO AUTO ROSQUEANTE DE 1.5MM NOS TAMANHOS 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 13, 15MM	400969	UND	120	600	600	160,00	96.000,00
42	PARAFUSO AUTO ROSQUEANTE DE EMERGÊNCIA DE 1.8MM NOS TAMANHOS DE 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 13, 15MM	400969	UND	200	400	400	234,95	93.980,00
43	PARAFUSO AUTO PERFURANTE DE 1.5MM NOS TAMANHOS DE 04, 05, 06, 07, 08, 09 E 10MM	401020	UND	50	250	250	266,66	66.665,00
44	MINI PLACA RETA DE 04, 06, 08, 16 E 24 FUROS REGULAR PARA O SISTEMA DE 2.0MM	433961	UND	3	15	15	266,66	3.999,90
45	MINI PLACA RETA COM PONTE DE 02, 04, 05, E 06 FUROS PARA O SISTEMA DE 2.0MM	448645	UND	5	25	25	1.021,12	25.530,50
46	MINI PLACA ORBITAL DE 04, 06 E 08 FUROS PARA O SISTEMA DE 2.0MM	434007	UND	3	15	15	593,33	8.899,95
47	MINI PLACA ANGULADA PARA FRATURA CONDILAR DE 04, 05 E 06 FUROS PARA O SISTEMA DE 2.0MM	444242	UND	1	6	6	1.134,00	6.804,00

TERMO DE REFERÊNCIA – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

48	MINI PLACA EM L DUPLA FACE 04, 07 E 09 FUROS PARA O SISTEMA DE 2.0MM	434083	UND	5	25	25	1.218,42	30.460,50
49	MINI PLACA EM T DUPLA FACE 05 E 06 FUROS PARA O SISTEMA DE 2.0MM	434000	UND	3	15	15	1.433,33	21.499,95
50	MINI PLACA X 6 FUROS PARA O SISTEMA DE 2.0MM	466789	UND	3	15	15	1.289,98	19.349,70
51	MINI PLACA H PEQUENA/MÉDIA/GRANDE PARA O SISTEMA DE 2.0MM	466789	UND	2	10	10	1.289,98	12.899,80
52	MINI PLACA PARA MENTOPLASTIA TOTAL DE AVANÇO 0, 04, 06, 08, 10, 12MM PARA O SISTEMA DE 2.0MM	448430	UND	1	4	4	1.097,79	4.391,16
53	MINI PLACA PAULUS DE AVANÇO 2X3 FUROS DE 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16MM PARA O SISTEMA DE 2.0MM	448432	UND	1	4	4	495,00	1.980,00
54	PARAFUSO AUTO ROSQUEANTE DE 2.0MM NOS TAMANHOS DE 04, 05, 06, 07, 09, 11, 13, 15, 17 E 19MM	401022	UND	112	560	560	150,57	84.319,20
55	PARAFUSO AUTO ROSQUEANTE DE EMERGÊNCIA DE 2.3MM NOS TAMANHOS DE 04, 05, 06, 07, 09, 11, 13 E 15MM	450553	UND	76	380	380	248,90	94.582,00
56	PARAFUSO AUTO PERFURANTE DE 2.0MM NOS TAMANHOS DE 04, 05, 06, 07, 09, 11, 13, 15, 17 E 19MM	401022	UND	50	250	250	154,46	38.615,00
57	PARAFUSO DE BLOQUEIO IMF DE 2.0MM NOS TAMANHOS DE 05, 07, 09 E 11MM	401513	UND	12	60	60	229,12	13.747,20
58	ENXERTO ORGÂNICO BOVINO, MATERIAL CERÂMICA FOSFO-CÁLCICA, MATERIAL GRÃO COMPOSTA POR 100% DE HIDROXIAPATITA, TIPO USO RECONSTITUIÇÃO ÓSSEA, EMBALAGEM COM 2.00 CC(ML) E GRANULOMETRIA 1.0-2.0MM	613005	UND	1	5	5	5.130,00	25.650,00
59	LÂMINA DE SERRA RECIPROCANTE, PARTE ATIVA MEDINDO DE 05 A 35 MM DE COMPRIMENTO (A empresa arrematante do item deverá fornecer em regime de Comodato: equipamento compatível com o uso da lâmina e em quantidade suficiente para atender a demanda (a ser definida pelo órgão).	435591	UND	2	10	10	3.189,33	31.893,30
60	PONTEIRA PARA MICRO DISSECÇÃO CIRÚRGICA DELICADA COM PONTA DE TUNGSTÊNIO ULTRA-POLIDA	426889	UND	4	20	20	3.463,33	69.266,60
61	FRESA ESFÉRICA REDONDA CORTANTE (A empresa arrematante do item deverá fornecer em regime de Comodato: equipamento compatível com o uso da fresa e em quantidade suficiente para atender a demanda (a ser definida pelo órgão).	427886	UND	3	15	15	10,60	159,00

TERMO DE REFERÊNCIA – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

62	FRESA ESFÉRICA DIAMANTADA PARA DESGASTE (A empresa arrematante do item deverá fornecer em regime de Comodato: equipamento compatível com o uso da fresa e em quantidade suficiente para atender a demanda (a ser definida pelo órgão).	483020	UND	3	15	15	5.838,39	87.575,85
63	FRESA TRONCO CÔNICA CORTANTE (A empresa arrematante do item deverá fornecer em regime de Comodato: equipamento compatível com o uso da fresa e em quantidade suficiente para atender a demanda (a ser definida pelo órgão).	311238	UND	3	15	15	6.105,01	91.575,15
64	PONTA ULTRASSÔNICA PIEZO CORTANTE TAMANHOS VARIADOS PARA UTILIZAÇÃO EM BUCOMAXILO - (A empresa arrematante do item deverá fornecer em regime de Comodato: equipamento compatível com o uso da Ponteira Ultrassônica e em quantidade suficiente para atender a demanda (a ser definida pelo órgão).	609794	UND	1	6	6	8.216,66	49.299,96
65	FIO DE AÇO Nº 1	443170	UND	6	30	30	652,31	19.569,30
66	ÂNCORA PARA ATM 1,7 OU 1,9 MM, DESCARTÁVEL, COM UMA, DUAS OU TRÊS AGULHAS, EM LIGA DE TITÂNIO, MONTADO COM FIOS DE SUTURA DE POLIETILENO DE ULTRA ALTO PESO MOLECULAR.	451397	UND	1	4	4	4.672,84	18.691,36
Total								R\$ 1.273.207,87
TOTAL DE TODOS OS GRUPOS								R\$ 1.707.918,42

ANEXO 1 - LISTA DE INSTRUMENTAIS A SEREM ENTREGUES EM COMODATO DO GRUPO 7

QTDE	DESCRIÇÃO DO INSTRUMENTAL
2	Afastador Langenbeck 35 x 10mm
2	Afastador Langenbeck 60 x 10mm
2	Afastador Langenbeck Reverso 60 x 10mm
2	Afastador Langenbeck para Ramo 60 x 10mm
2	Afastador Langenbeck Reverso 35 x 10mm
1	Afastador Minessota
1	Afastador Obwergeser para Progenismo
2	Cinzel Curvo 08mm
2	Cinzel Reto 08mm
1	Cinzel Sverzut
1	Cinzel de Wagner Curvo 06mm

TERMO DE REFERÊNCIA – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

1	Cinzel de Wagner Reto 06mm
1	Aspirador Frazier Angulado 20cm 04mm
1	Raspa Dorso Sperli Nº1
1	Goiva Luer Curva para Alveolotomo 16cm
1	Martelo de 250gramas
1	Afastador Wieder
1	Porta Agulha Mayo Hegar com Vídea 14cm
1	Porta Agulha Mayo Hegar com Vídea 18cm
2	Pinça Dietrich 18cm
1	Pinça Adson Serrilhada 12cm
1	Pinça Adson Dente de Rato 12cm
1	Tesoura Fio de Aço 11cm
1	Porta Agulha para Fio de Aço 16cm
1	Tesoura Metzenbaum Curva 14cm
1	Tesoura Metzenbaum Reta 14cm
1	Tesoura Joseph Reta 14cm
1	Tesoura Joseph Curva 14cm
1	Cabo Bisturi Nº:3
2	Espátula Maleável 18 x 2cm
1	Separador de Cavidade de Smith
1	Separador Sagital - Par
1	Afastador de Bauer - Par
1	Afastador Lavassier
1	Descolador Molt
1	Descolador Freer Duplo
1	Gancho de Malar
1	Compasso Castroviejo para Microcirurgia
1	Paquímetro de Inox
1	Descolador Sverzut para Ramo
1	Pinça Kocher Angulada 90° 20cm
1	Descolador Freer Modificado
1	Estojo de Inox Perfurado 32 x 16 x 08cm
1	Afastador Langenbeck-Mini 2,0cm
1	Gancho de Barros
1	Afastador Love Desmarres 12mm
1	Cureta Óssea de Bruns Nº0
1	Descolador de Periosteio 07mm
1	Espéculo Nasal Nº2 - 5cm

TERMO DE REFERÊNCIA – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

4	Gancho Guilles Simples Forte
1	Pinça Asch para Septo
8	Pinça Backaus de Redução com Cremalheira 13cm
1	Pinça Rowe Direta para Maxilar
1	Pinça Rowe Esquerda para Maxilar
1	Pinça Walshan Direta para Septo 23cm
1	Pinça Walshan Esquerda para Septo 23cm
1	Pinça Walshan Reta para Septo
2	Tesoura Íris Curva Ponta Reta
1	Parafuso de Carrol-Girar
2	Cubas
1	Cuba rim

EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS EM REGIME DE COMODATO PARA OS ARREMATANTES DO GRUPO 7		
DESCRIÇÃO	QTD	GRUPOS
CAIXA DE APOIO PARA BUCO MAXILO (vide listagem de itens)	2	GRUPO 7
MICRO MOTOR DE BUCO MAXILO Contendo: caneta drill buco maxilo reta (02 un) e angulada (02 un) + caneta microserra drill reciprocante, sargital e oscilatória (02 un)	1	GRUPO 7